



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2020/CEL/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0042.244886/2020-67

OBJETO: Contratação de agência especializada na prestação de serviços técnicos de publicidade e propaganda, de caráter educativo e informativo e de orientação social, nos termos § 1º do artigo 37 da Constituição da República Federal, Lei Federal nº 12.232, de 29/04/2010, e de forma complementar as Leis nº 4.680, de 18/06/1965 e nº 8.666, de 21/06/1993, para atender o Governo do Estado de Rondônia.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, por meio de sua Comissão Especial, designada por meio da Portaria nº 019-2021/SUPEL-CI, edição do dia 02 de fevereiro de 2021, em atenção ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **PNA PUBLICIDADE LTDA**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, contra decisão que a **INABILITOU** do certame, conforme TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO SEI (0019024262), que a seguir passamos a expor:

I – DA ADMISSIBILIDADE

De acordo com o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "b" da Lei Federal nº 8.666/1993, dos atos da Administração caberá recurso de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de **inabilitação de licitante**.

A licitante foi notificada da Decisão da Comissão Especial de Licitação resultado final das Propostas Técnicas em Sessão Pública do dia 05/07/2021 SEI (0019025795). Tendo sido protocolado o Recurso Administrativo através de e-mail na data de 09/07/2021, às 20h36min SEI (0019201604), **recebe e conhece as razões recursais, por reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade**, sendo considerado **TEMPESTIVO e encaminhado por meio adequado**.

II – DAS RAZÕES DE RECURSO

A recorrente alega que a Comissão Especial de Licitação CEL-SUPEL equivocou-se na decisão de INABILITAR a empresa **PNA PUBLICIDADE**, e por essa razão solicitada sua habilitação no certame. Dos motivos para sua habilitação:

1. Afirmação de que na época da entrega da documentação de habilitação ainda estava enquadrada como de EMPRESA DE PEQUENO PORTE.
2. Afirmação de que seus demonstrativos contábeis, em específico, a Demonstração do Resultado do Exercício apresenta a real situação econômica da empresa.

Em síntese, essas foram as razões apresentadas pela recorrente.

III – DAS CONTRARRAZÕES:

Em observância ao art. 109, § 3º, da Lei 8.666/93, no dia 08/06/2021, todas as licitantes participantes foram notificadas para apresentarem suas Contrarrazões ao recurso interposto pela Recorrente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

III.1) DAS CONTRARRAZÕES: PNA PUBLICIDADE LTDA

Em síntese, a **AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA** apresentou, tempestivamente, suas Contrarrazões, através da qual se manifesta sucintamente:

A licitante julga por acertada a decisão da Comissão Especial de Licitação que julgou pela inabilitação da recorrente, pois entende que a Declaração de enquadramento em EMPRESA DE PEQUENO PORTE apresentada pela licitante é falsa, pois a mesma não pode ser enquadrada neste tipo de sociedade por ter apresentado Receita Bruta Anual, do exercício de 2020, superior ao limite estabelecido na Lei 123/2006.

Por fim, solicita que seja negado provimento ao recurso apresentado pela recorrente.

IV – DO MÉRITO

Antes de adentrarmos no julgamento dos recursos, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo.**

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

Do mesmo modo, todas as análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

IV.1 – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no julgamento propriamente dito, julga-se pertinente trazer um breve histórico do processo, no que diz respeito especificamente à análise da documentação de habilitação, invólucro 5.

No dia 08/06/2021 fora realizada a quarta sessão presencial da Concorrência Pública 007/2020, abertura dos invólucros 05, nesta sessão participaram as licitantes PNA PUBLICIDADE LTDA e AGENCIA NACIONAL DE PROPAGANDA, as quais apresentaram o invólucro 05 – Documentação de Habilitação.

Na oportunidade os membros da Comissão entenderam que ambas licitantes apresentaram documentação em consonância com o disposto em edital e por essa razão foi mantida a habilitação das licitantes. Sendo declarada vencedora a licitante PNA PUBLICIDADE LTDA por ter apresentado maior pontuação no certame. Tudo conforme Ata-SUPEL SEI (0018441420).

Consubstanciado pelo artigo 109, I, “a” da Lei 8.666/1993, foi oportunizado prazo recursal às licitantes, tendo sido protocolado recurso SEI (0018607828) em tempo hábil pela licitante AGENCIA NACIONAL DE PROPAGANDA, a qual discordava da Comissão, pois seu entendimento foi o de que a habilitação da agência PNA PUBLICIDADE foi indevida, tendo em vista que havia apresentado documentação divergente com a exigida em edital.

Também em tempo hábil a licitante PNA PUBLICIDADE apresentou suas contrarrazões declarando que a documentação apresentada respeitava às regras estabelecidas em edital e que não haveria razão para sua inabilitação.

De posse da peça recursal e da contrarrazão, a Comissão se debruçou sobre as mesmas e acatou os argumentos da recorrente, reformando sua decisão, INABILITANDO a licitante PNA PUBLICIDADE, conforme Termo de Julgamento SUPEL-CEL SEI (0019024262).

Como forma de dar mais clareza à narrativa apresentada julga-se pertinente trazer a decisão da Comissão, mencionada no parágrafo anterior:

Com relação à alegação de que a licitante PNA PUBLICIDADE LTDA apresentou Declaração de Enquadramento em MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE falsa:

A recorrente traz em sua peça recursal a informação de que a licitante PNA não cumpri os requisitos da Lei Complementar 123/2006 para ser enquadrada como Empresa de Pequeno Porte – EPP, pois sua receita bruta anual ultrapassou o limite estabelecido na referida legislação.

Do limite estabelecido na lei:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

[...]

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. [...]

Da Receita Bruta auferida pela licitante PNA:

É possível constatar, analisando a Demonstração de Resultado do Exercício – DRE (2020) da licitante PNA que a mesma apresentou como Receita bruta o valor de R\$ 4.963.581,53 (quatro milhões novecentos e sessenta e três mil quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos). Restando evidente que de fato o valor de ultrapassa o limite estabelecido na lei 123/2006.

Por sua vez a recorrida PNA alega que a própria Lei Complementar 123/2006 traz ressalvas quanto ao momento do pedido de desenquadramento, conforme o estabelecido no §§ 9º e 9º - A da referida lei. Vejamos:

Art. 3º Omissis.

(...)

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º -A, 10 e 12.

§ 9º -A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do caput.

Segundo a recorrida como sua receita bruta está dentro do limite de 20% do teto, tal desenquadramento deveria ser realizado apenas no ano calendário subsequente.

LIMITE LC. 123/2006 – Art. 3º, inc. II	LIMITE 20% (§§ 9º E 9 A)	RECEITA BRUTA DA LICITANTE PNA
R\$ 4.800.00,00	R\$ 5.760.000,00	R\$ 4.963.581,53

Fazendo uma análise mais acurada do dispositivo percebe-se que a alegação da recorrida está equivocada. Pelos motivos apresentados a seguir:

Muito embora, a Demonstração do Resultado do Exercício seja concluída no final do exercício financeiro (31-12-XX), a empresa a cada mês obtém suas receitas devendo registra-las no seu Livro Diário. Pelo Regime de Competência a sociedade deverá efetuar os registros contábeis no momento do fato gerador. Para uma melhor elucidação daremos o seguinte exemplo (FRIZA-SE – APENAS A TÍTULO DE EXEMPLO):

Apuração da Receita Bruta de determinada EPP (mês a mês)

- JANEIRO: a empresa apurou Receita Bruta no total de -----R\$ 500.000,00 (trezentos mil reais);

- FEVEREIRO: ----- R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);

- MARÇO: ----- R\$ 600.000,00 (trezentos mil reais);

- ABRIL: ----- R\$ 500.000,00 (duzentos mil reais);

- MAIO: ----- R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

- JUNHO: ----- R\$ 700.000,00 (trezentos mil reais);

- JULHO: ----- R\$ 800.000,00 (seiscentos mil reais);

- AGOSTO: ----- R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);

- SETEMBRO: ----- R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais);

- OUTUBRO: ----- R\$ 400.000,00 (quinhentos mil reais).

Se fizermos a adição do total de Receita Bruta apurado até o mês de outubro obtém-se como resultado: R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatro centos mil reais). Valor este que ultrapassa o limite para Empresa de Pequeno Porte. A interpretação do § 9º da LC 123/2006 nos diz que no mês subsequente a ocorrência do excesso ficará excluída do tratamento diferenciado de que trata a lei, ou seja, não poderá ser mais enquadrada como EPP; em nosso exemplo isso se daria no mês de novembro. Ocorre que o § 9-A traz a ressalva que caso esse excedente não ultrapasse 20% (vinte por cento), ou seja R\$ 5.760.000,00 (cinco milhões setecentos e sessenta mil reais) o desenquadramento em EPP poderá ocorrer no ano calendário subsequente, a partir de janeiro. Claro que se nos próximos dois meses, não for ultrapassado o limite acrescido dos 20% (R\$ 5.760.000,00).

Conforme informação contida na DRE da empresa recorrida, verificamos que ela apresentou no último exercício financeiro (2020) Receita Bruta de Vendas total no valor de R\$ 4.963.581,53. De fato, o valor de sua receita bruta está dentro do limite de 20% do teto, ou seja, está entre os R\$ 4.800.000,00 e os R\$ 5.760.000,00, e os efeitos da exclusão ocorrerá no ano subsequente.

Logo, a licitante PNA, por força legal deveria solicitar seu desenquadramento da condição de EPP já no mês de janeiro de 2021 (início do exercício subsequente). De nenhuma forma, a lei assegura que a empresa se beneficie ao longo de todo exercício financeiro de 2021 ou até a apresentação de seu Balanço Patrimonial do tratamento de EPP. Por isso entendemos que há equívoco interpretativo por parte da recorrente com relação ao texto legal § 9ºA da Lei Complementar 123/2006.

Dessa forma o entendimento desta Comissão é o de que no momento da entrega da Documentação a Licitante PNA não poderia ser enquadrada na condição de Empresa de Pequeno Porte, pois já deveria ter solicitado, no mês de janeiro do corrente ano, seu desenquadramento.

Embora concordemos que o fato de a licitante PNA ter apresentado Declaração de que se enquadra na condição de ME ou EPP não lhe conferiu vantagem no certame, isso não retira o fato de que a mesma apresentou uma declaração que não condiz com sua real situação econômica, há clara colisão com a legislação vigente.

Embora não tenha sido objeto da peça recursal da recorrente, a Comissão entende por pertinente trazer aos autos informações extras, com o objetivo de ser o mais justo possível em sua árdua missão de julgar um procedimento de tamanha complexidade.

É sabido que a licitante PNA é a detentora do contrato do serviço de publicidade junto à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia ALE-RO, tendo, inclusive, apresentado Atestado de Capacidade Técnica fornecido por este Poder.

O valor do contrato anual é de R\$ 14.800.000,00 (quatorze milhões e oitocentos mil reais). Sendo que em pesquisa realizada junto ao sítio eletrônico da ALE-RO (Portal da Transparência), link: <http://transparencia.cge.ro.gov.br/Grafico/Despesa?ug=010001#!> foi constatado que o valor recebido no ano de 2020 pela PNA PUBLICIDADE LTDA foi de R\$ 11.700.167,38 (onze milhões setecentos mil cento e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), conforme extrato (0018995771). Frisa-se que a consulta ao Portal citado é medida de transparência na Administração Pública - accountability - e está disponível a todo cidadão que deseje fiscalizar as despesas da administração.

Soando estranho aos olhos dos membros desta Comissão, o fato de a licitante ter recebido no exercício de 2020, e apenas de um contrato – ALE-RO, a monta de R\$ 11.700.167,38 e ter apresentado como Receita Bruta total para o exercício o valor de R\$ 4.963.581,53, isso sem contar o valor dos outros contratos pertencentes à recorrida. Ao que parece as informações financeiras contidas nos demonstrativos contábeis não representa a real situação econômica da empresa.

Dessa forma consubstanciado pelo dever de zelo no serviço público, por todo o exposto, esta Comissão entende que a licitante PNA apresentou Declaração de enquadramento de EPP sem ter a qualificação legal para tal, bem como apresenta demonstrativo contábil, DRE, em dissonância com sua real situação financeira.

Por todo o exposto DAMOS RAZÃO aos argumentos apresentados pela recorrente.

Quanto à alegação de que a licitante PNA PUBLICIDADE LTDA apresentou Certidão de Falência e Recuperação Judicial insuficiente:

O entendimento desta Comissão é o de que a recorrida preenche as condições relativas à qualificação econômico-financeira, pois respeitou o item 8.2.4 do edital, tendo apresentado Certidão Negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede, conforme documento SEI (0018440586) página 39. Além disso ao se analisar o Balanço Patrimonial da recorrida fica evidente que a mesma não incorre nas condições de falência ou Recuperação Judicial, pois apresenta altos índices de liquidez e solvência. (LIQUIDEZ GERAL: 5,34; LIQUIDEZ CORRENTE: 5,32; SOLVÊNCIA GERAL: 5,92) o que demonstra que a licitante não está em condição falimentar.

Dessa forma, para este apontamento específico NÃO DAMOS RAZÃO aos argumentos da recorrente.

V - DA DECISÃO

Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Especial de Licitação desta SUPEL, consubstanciada pelas regras do edital e pela Lei nº 8.666/93, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se TEMPESTIVO, e no mérito analisou as questões pontualmente para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol dos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o PARCIALMENTE PROCEDENTE, reconsiderando a decisão de habilitar a licitante PNA PUBLICIDADE pelas razões já expostas.

Ante a Decisão apresentada - INABILITAÇÃO DE LICITANTE - será dada publicidade ao Ato, oportunizando prazo recursal de cinco dias úteis a contar da publicidade oficial do ato, conforme Artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/1993 e § 1º.

Isto posto, após decisão proferida, a licitante inabilitada interpôs recurso (0019201604) contra decisão da Comissão com os argumentos sintetizados no item II deste Termo, por sua vez a licitante Agência Nacional de Propaganda apresentou contrarrazão requerendo em favor da manutenção da decisão da comissão, conforme documento SEI (0019388862).

Como ficou demonstrado no julgamento acima exposto, a Comissão Especial de Licitação entendeu que a Declaração de enquadramento em Empresa de Pequeno Porte apresentada pela licitante PNA PUBLICIDADE foi indevida, pois não apresentava condição para tal enquadramento, tendo em vista ter obtido Receita Bruta anual superior ao limite estabelecido na Lei Complementar Federal 123/2006.

De forma complementar, a Comissão apresentou informação de que havia contradição entre a receita real auferida pela empresa com a que havia apresentado em sua Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. Tudo bem explicado no julgamento do recurso proferido. E por essas razões decidiu pela inabilitação da licitante.

Ante os argumentos trazidos no recurso, a Comissão não constatou novas informações que pudessem fazer com que houvesse mudança na decisão, a licitante PNA PUBLICIDADE insiste que no momento da entrega dos documentos de habilitação ainda poderia gozar dos benefícios de uma EPP, o que foi rechaçado pela Comissão de Licitação, já na primeira análise recursal. Dessa forma a Comissão mantém a inabilitação da recorrente, pelas razões já expostas.

A inovação trazida pela licitante se deu apenas com relação aos apontamentos feitos pela Comissão no que diz respeito à contradição entre a real receita auferida e o apresentado em sua DRE. Vejamos alguns trechos dos argumentos da recorrente:

“ao abordar tema que sequer havia sido objeto da peça recursal e julgar pertinente trazer aos autos “informações extras”, acabou por realizar análise de forma equivocada e assim, na sua derradeira manifestação concluiu pela inabilitação da Recorrente com base em informações incorretas, situação que não pode prosperar, sob pena de comprometer a lisura da condução do certame licitatório ...

Na informação disponibilizada no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, o valor total pago no ano de 2020 à PNA PUBLICIDADE LTDA., relativos ao Contrato nº 012/2019 representou o montante de R\$ 11.700.167,38 (onze milhões, setecentos mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos).

Sem embargo, os dados disponibilizados no referido Portal Público não distinguem que o total pago é global, significando que estão inclusos os valores inerentes à Agência de Propaganda e aqueles destinados aos fornecedores e veículos de comunicação, fato que aliado ao vultoso valor monetário que representa, certamente induziu a Comissão Especial de Licitação a erro de interpretação na análise deste item, tendo sido esse o motivo de descabida “estranheza”, pois avançou em tema que não domina tecnicamente e que não foi objeto do recurso.

Por óbvio que total pago no ano de 2020 de R\$ 11.700.167,38 pela Assembleia Legislativa à PNA PUBLICIDADE LTDA, não foi totalmente destinado à Recorrente na qualidade de Agência e sim, representou o total a ser distribuído entre a Agência de Publicidade e os serviços prestados por fornecedores e os veículos de comunicação.

Pois bem. Como prova de nossas alegações, apresentamos Documento expedido pela Assembleia Legislativa do Estado, através do Gestor do Contrato, declarando que o valor liquidado referente ao exercício de 2020 foi de R\$ 11.700.167,38 (onze milhões, setecentos mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), e que conforme as Cláusulas Oitava e Nona relativas à remuneração e desconto da Agência, como é característica dos serviços publicitários, do total liquidado, apenas R\$ 2.454.805,63 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e três centavos) correspondem ao faturamento de serviços próprios e comissões da empresa PNA Publicidade, sendo que o restante dos valores não são da agência e por isso foram repassados por ela a terceiros, veículos de comunicação e outros fornecedores (doc. 08)”

Antes de debatermos os argumentos da recorrente, cumpri apenas fazer uma breve observação. Dentre os membros da Comissão Especial de Licitação, encontra-se o servidor de carreira da

SUPEL - EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA, TECNICO EM LICITAÇÃO – ÁREA DE FORMAÇÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS, cujo ingresso ao cargo se deu em razão da aprovação em Concurso Público de provas e títulos, com exigência de formação superior no curso de ciências contábeis. Tendo ingressado na Superintendência em junho de 2016. Informa-se ainda que este profissional já emitiu centenas de pareceres contábeis, relacionados à aferição da qualificação econômico-financeira, como a análise de Balanços Patrimoniais, verificação de índices de liquidez, enquadramento em ME e EPP, análise de composição de custos para serviços terceirizados, dentre outros. Dessa forma não há que se falar que quando a Comissão adentra na análise dos demonstrativos contábeis ela aborda tema que não domina tecnicamente, como aduz a recorrente.

Vamos a um breve arrazoado do que vêm a ser a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE:

A DRE compõe o conjunto de Demonstrações Contábeis estabelecido pela Lei 6404/76:

1. Balanço patrimonial;
2. **Demonstração do resultado do Exercício;**
3. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, que pode ser substituído pela demonstração das mutações do patrimônio líquido;
4. Demonstração dos fluxos de caixa;
5. Demonstração do valor adicionado, se divulgada pela entidade; e
6. Notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis.

Podemos afirmar que a DRE é uma demonstração dos aumentos e reduções causadas no Patrimônio Líquido - PL pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento do Ativo, através do ingresso de novos elementos, como duplicatas a receber ou dinheiros provenientes de transações, fazendo com que haja aumento no Patrimônio Líquido - PL. Por sua vez as despesas representam redução no PL. É correto dizer também que a DRE é um resumo do movimento de certas entradas e saídas no balanço ente duas datas.

Da situação prática: a Comissão Especial de licitação constatou em consulta realizada no Portal de Transparência que a Agência PNA PUBLICIDADE auferiu receita de serviço prestado à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia na ordem de R\$ 11.700.167,42 (onze milhões setecentos mil cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), tendo em vista contrato anual que ambas possuem no valor de R\$ 14.800.000,00 (quatorze milhões e oitocentos mil reais).

Na ocasião se posicionou, considerando estranha a disparidade entre a receita auferida e o valor evidenciado na DRE, com montante de receita bruta anual de R\$ 4.963.581,53 (quatro milhões novecentos e sessenta e três mil quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos). Consubstanciado ainda mais o entendimento da Comissão de que a licitante não poderia ter apresentado Declaração de enquadramento em EPP.

Em seu recurso a recorrente argumenta que parte considerável de sua receita não são receitas próprias pois estão incluídas aquelas destinadas à fornecedores e veículos de comunicação. Apresentado inclusive Declaração do Gestor de Contrato da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Senhor Marcelo Freire Pereira, afirmando que do valor pago à Agência PNA apenas R\$ 2.454.805,63 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e cinco reais e sessenta e três centavos) corresponde ao faturamento de serviços próprios e comissões da contratante. Nela o gestor afirma ainda que o restante do valor foi repassado pela agência a terceiros, Recurso PNA SEI (0019201604) página 91.

Um ponto digno de nota é o do que a recorrente informou que há legislações específicas que regulam a prestação de serviços de publicidade, como: Lei Federal nº 4.680/196; Decreto nº 57.690/1966; Normas-padrão da atividade publicitária editada pelo CENP (Conselho Executivo das Normas Padrão); Lei Federal nº 12.232/2010 e Tabela SINAPRO/PA. Ocorre que nenhuma destas normas

estabelecem que os valores recebidos a título de repasse a veículos de comunicação ou outros fornecedores não devam ser incluídos na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

De fato, parte da composição do que entrou no “Caixa” da licitante é repassado a terceiros, disso a Comissão não tem dúvidas, no entanto a Comissão mantém o entendimento de que esses valores deveriam constar como Receita Bruta de Vendas na DRE da licitante, pois houve ingresso desses valores no seu “caixa/ banco conta movimento”. **Mas reconhece que trata-se de tema controverso.**

A Comissão deixa claro que o fator preponderante para a desclassificação da recorrente foi o fato de ter apresentado Declaração de enquadramento em EPP, sem poder estar enquadrada neste tipo de Pessoa Jurídica. As informações trazidas quanto à contradição nos valores da Receita Bruta e os valores apresentados como recebidos da ALE-RO, tiveram peso irrelevante na decisão da comissão. Por todo o exposto a Comissão entende que não merecem prosperar os argumentos da licitante.

V - DA DECISÃO

Desta feita, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Especial de Licitação desta SUPEL, consubstanciada pelas regras do edital e pela Lei nº 8.666/93, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se TEMPESTIVO, e no mérito, analisou as questões pontualmente para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol dos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, mantendo o julgamento que inabilitou a licitante AGÊNCIA PNA PUBLICIDADE LTDA da Concorrência Pública 007/2021.

Nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93, submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações, podendo ensejar melhor juízo e entendimento, o qual respeitaremos.

Após decisão da Autoridade Superior e retorno deste processo à CEL, as licitantes serão notificadas do resultado do Recurso.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Sessão, a qual foi lavrada esta Ata que vai assinada pela Presidente e membros da CEL/SUPEL.

Porto Velho (RO), 26 de julho de 2021.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Presidente - CEL/SUPEL

SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO

Membro - CEL/SUPEL

KAREN QUETERIN MENEZES DE FREITAS

Membro Substituto - CEL/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Analista**, em 27/07/2021, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karen Queterin Menezes de Freitas, Membro**, em 27/07/2021, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Membro**, em 27/07/2021, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0019504569** e o código CRC **A6F39F5F**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0042.244886/2020-67

SEI nº 0019504569